ATA DA DÉCIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 12-3-2020.

Aos doze dias do mês de março do ano de dois mil e vinte, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas, foi realizada a chamada, na qual registraram presença Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Farid Germano Filho, Hamilton Sossmeier, Lourdes Sprenger, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Reginaldo Pujol e Ricardo Gomes. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Adeli Sell, Clàudio Janta, Cláudia Araújo, Dr. Goulart, Engº Comassetto, Felipe Camozzato, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Professor Tóvi, Professor Wambert e Roberto Robaina. A seguir, o Presidente concedeu a palavra, em TRIBUNA POPULAR, a Deise Zanin, Presidente do Instituto Atlas Biosocial, que se pronunciou acerca do Dia Mundial das Doenças Raras. Em continuidade, nos termos do artigo 206 do Regimento, Mônica Leal, Lourdes Sprenger, Paulo Brum, Farid Germano Filho, Alvoni Medina, Adeli Sell, Prof. Alex Fraga e Márcio Bins Ely manifestaram-se acerca do assunto tratado em Tribuna Popular. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Paulo Brum. Após, foi iniciado o período de COMUNICAÇÕES, na presente sessão destinado a debater o tema específico "A leitura, o livro, a escrita e os bibliotecários". Compuseram a Mesa: Paulo Brum, presidindo os trabalhos; Luciana Kramer Müller, Presidente do Conselho Regional de Biblioteconomia; Neli Miotto, Presidente da Associação Rio-Grandense de Bibliotecários; Eliane Lourdes da Silva Moro, Diretora Técnica do Conselho Federal de Biblioteconomia. Em prosseguimento, o Presidente concedeu a palavra a Luciana Kramer Müller, a Neli Miotto e a Eliane Lourdes da Silva Moro, que se pronunciaram acerca do tema em debate. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Adeli Sell e Engº Comassetto. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e quatorze minutos às quinze horas e quinze minutos. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Lourdes Sprenger, João Bosco Vaz, Engº Comassetto, Farid Germano Filho e Adeli Sell. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram, em 1ª sessão, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 179, 181, 185 e 186/19 e o Projeto de Resolução nº 032/19. Às quinze horas e quarenta e três minutos, constatada a inexistência de quórum, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Reginaldo Pujol, Paulo Brum e Lourdes Sprenger e secretariados por João Carlos Nedel. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje terá a presença do Instituto Atlas Biosocial, que tratará de assunto relativo ao Dia Mundial das Doenças Raras. A Sra. Deise Zanin, presidente da entidade, está com a palavra pelo tempo regimental de 10 minutos.

SRA. DEISE ZANIN: Obrigada, Presidente, eu quero iniciar a minha fala agradecendo a oportunidade de estar ocupando mais uma vez esse espaço nesta Casa, e o que me traz aqui hoje é o Dia Mundial das Doenças Raras, que de quatro em quatro anos é comemorado em 29 de fevereiro, por ser também um dia raro. Nos anos que não são bissextos, a data alusiva fica em 28 de fevereiro. Quando a gente fala de doença rara, nós ainda trazemos um assunto de desconhecimento ou de pouca informação. O objetivo de o instituto estar aqui hoje é que esta Casa tem um pouco mais de conhecimento, saibam que o dia existe, que os pacientes com doenças raras também existem, e que, assim como no mundo, no Rio Grande do Sul, no Município de Porto Alegre a gente faz vários trabalhos nesta data, bem como vários trabalhos voltados a estes pacientes. Também lembramos que foi aprovado nesta Casa o projeto de lei de atenção, diagnóstico e tratamento aos pacientes com doenças raras, o que é muito importante dentro das políticas públicas para que os pacientes tenham maior visibilidade e melhor tratamento, garantindo assim uma qualidade de vida.

Ressalto, para os senhores aqui presentes, que cerca de 10% da população podem ter uma doença rara e não sabem. Falamos hoje em treze milhões de brasileiros. Então, é importante que vocês pensem com carinho nessa população que precisa e quer estar inserida, inclusa na sociedade, trabalhando e gerando renda ao invés de padecer com a sua patologia, ficando em casa, quietinho no seu recinto. Estes são os objetivos, então, que vocês nos apoiem, que vocês abracem a nossa causa, e que o Instituto Atlas Biosocial está à disposição para informações, aulas a respeito desse assunto e temas que vocês também acharem importantes. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Agradeço a gentileza da nossa convidada, especialmente pela forma com que ela abordou o tema.

A Ver.ª Mônica Leal está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Obrigada, Sr. Presidente; eu gostaria de cumprimentar a Deise, do Instituto Atlas Biosocial. Eu fiquei muito bem impressionada com a tua exposição. Também tirei um material para entender melhor, e uma das coisas que me chama muita atenção é que essas doenças raras têm aparecido com mais frequência. A gente fica sabendo disso até mesmo aqui na Câmara, onde as

pessoas vêm e compartilham a sua vivência dessas doenças raras, contando os problemas que enfrentam no dia a dia. Esse apoio que o Instituto Atlas Biosocial se propõe a dar não só para essas pessoas afetadas, mas principalmente para as suas famílias e também para que o mercado de trabalho entenda isso, as empresas, é extremamente importante, é fundamental. Então, eu queria te cumprimentar, em nome da minha bancada Progressista, em nome do líder da bancada, Ver. Cassiá Carpes, do Ver. João Carlos Nedel e em meu nome, e fazer um pedido aqui como jornalista, que é a minha origem. Eu acredito muito na informação com credibilidade, e, se vocês conseguirem propagar isso cada vez mais, as pessoas vão ser beneficiadas, tanto no tratamento como na forma como elas são acolhidas e compreendidas. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): A Ver.ª Lourdes Sprenger está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) A sua pauta, doenças raras, vem evoluindo em termos de visibilidade e divulgação. A primeira vez que se tratou disso aqui foi ainda em 2013, na COSMAM. A gente que convive, as famílias grandes sempre têm um caso especial. Acredito que a medicina evoluiu, tanto que estamos detectando doenças nunca faladas, e isso é muito bom tanto para o paciente quanto para os familiares. Também se evoluiu nas políticas públicas no sentido de auxílio a essas pessoas, e isso é muito bom. Queremos mais, claro, queremos maior divulgação e pessoas como a senhora, engajadas nessa área, que é uma área muito especial. Tem que ter muita força para levar adiante, tanto que nós vimos esses locais onde tem as hospedagens, que a gente visita, quarto e quinto graus, que é muito difícil. Quero cumprimentá-la. Bem como a senhora disse: desconhecimento e pouca informação. Realmente, a Câmara tem trazido esse tema, temos tratado bastante, então estamos mais familiarizados e queremos que isso saia daqui da Casa para outros meios de comunicação. Parabéns!

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Paulo Brum está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR PAULO BRUM (PTB): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Um abraço à Dra. Cristina, que tem acompanhado essa luta incessante na busca de informar e buscar uma melhor qualidade de vida às pessoas afetadas por doenças raras. Presidente Pujol, eu sou presidente da Frente Parlamentar das doenças raras aqui na Casa, temos feito um trabalho junto com as entidades, procurando, dentro do possível, dar a nossa contribuição também.

Quero informar, e a Dra. Deise deve saber, que temos uma lei aprovada aqui na Casa também, a Lei nº 12.617, de 21 de outubro de 2019, que incluí a efeméride Dia Mundial das Doenças Raras no Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização no Município de Porto Alegre, dia 28 de fevereiro – este ano caiu no dia 29, como a senhora bem explanou, porque causa do ano bissexto, que é um ano raro, e por isso a definição das doenças raras.

Nós também temos um projeto de lei que está tramitando, já está na Ordem do Dia, portanto conclamo os Srs. Vereadores para mais essa sensibilidade. A gente traz o debate para esta Câmara muitas vezes sabendo que teremos que transportar outras barreiras, mas o primeiro passo eu tenho certeza que vai ser dado por esta Casa, que é reconhecer a pessoa com doença rara como pessoa com deficiência, ou seja, para que aquelas pessoas com doenças raras graves sejam consideradas também pessoas com deficiência, para que possam obter os benefícios inerentes à busca da facilitação da vida das pessoas.

Esta é a nossa contribuição, visto que depois vou usar a tribuna em liderança do meu partido para informar que o Congresso Nacional derrubou o veto do Sr. Presidente Jair Bolsonaro, que melhora o recebimento para que mais pessoas com deficiências e mais idosos possam receber o BPC – Benefício de Prestação Continuada de Assistência Social, que é o salário mínimo inerente à pessoa com deficiência. Essa é uma luta nossa pelo reconhecimento, e tenho certeza que depois será uma luta bem maior, a nível de Brasil, no Congresso Nacional, para também considerar as pessoas com doenças raras como pessoa com deficiência, para que sejam contempladas com esses benefícios que estamos divulgando aqui na Câmara. Obrigado, presidente, vida longa, contem com a gente, os nossos gabinetes, a nossa Câmara está totalmente à disposição para essa luta incessante na busca de facilitar a vida das pessoas com doenças raras aqui no Município de Porto Alegre.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Farid Germano Filho está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR FARID GERMANO FILHO (DEM): Saudando inicialmente V. Exa., Presidente Reginaldo Pujol, saudando a senhora, eu a cumprimento pela excelência do seu pronunciamento. As doenças raras são tão pouco divulgadas pela grande mídia, mas saiba que estando presente nesta Casa do Povo, a Câmara Municipal de Porto Alegre, que tem sempre as suas portas abertas, cujo Presidente abre as suas portas para que todos possam se manifestar na Tribuna Popular, eu fiquei bastante impressionado com a sua manifestação, e como jornalista que sou, como a ex-presidente Ver.ª Mônica Leal, creio que a grande mídia necessita de um maior recebimento dessas informações, de um maior preenchimento dos seus espaços muitas vezes utilizados para muitas bobagens, para coisas que não levam absolutamente a nada, para colocar questões absurdas e não, fatos tão importantes como as doenças

raras. Então quero cumprimentá-la, colocar-me à disposição e dizer que esta Casa está sempre de portas abertas. Quem tem em sua família alguém que tem uma doença rara sabe das suas dificuldades, sabe da batalha diária constante que é necessária em determinados casos, no caso específico, as doenças raras. Cumprimentos à senhora. Muito obrigado, Presidente Pujol.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Alvoni Medina está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR ALVONI MEDINA (REP): Eu quero saudar a Deise Zanin e também a Cristina, representante do Instituto Atlas Biosocial, pelas suas atuações e desafios enfrentados nessa causa. No dia 29 de fevereiro, foi celebrado o Dia Mundial das Doenças Raras. Embora uma doença seja considerada individualmente rara, como um grupo, ela afeta cerca de 13 milhões de pessoas no Brasil, o que representa uma questão de saúde relevante. Isso requer uma melhor atenção e cuidado do poder público para com essas pessoas, seja desenvolvendo projetos ou promovendo ações que destaquem essa causa. Contem conosco aqui na Câmara Municipal, estamos à inteira disposição, juntos, nessa luta que sabemos que é necessária, é fundamental que tenham sempre pessoas apoiando, e nos sentimos honrados em também poder fazer parte deste trabalho. Deus abençoe. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Paulo Brum assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): O Ver. Adeli Sell está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver. Paulo Brum; nossa visitante, Deise, esta é uma questão de grandeza nacional. No ano passado, tivemos uma decisão do Supremo Tribunal Federal, com a luta de várias instituições, de familiares – muitas pessoas, até com doenças raras, estiveram no plenário da Câmara Federal e, no dia seguinte, houve uma decisão do STF. Não é uma questão fácil, até porque o setor farmacológico é tremendamente enganoso, muitas vezes lança um tipo de medicamento como se fosse a garantia absoluta, as pessoas são induzidas em erro e por isso que houve e há tanta judicialização do acesso ao medicamento por parte da pessoa acometida de uma doença grave, por outro lado, o Estado brasileiro tendo que fornecer. Hoje, pelo menos, nós temos alguns parâmetros que alguns medicamentos, claramente, são fornecidos pela esfera federal, outros pelo Estado e outros, evidentemente, na farmácia básica dos nossos postos de saúde. Pelo menos nesse ponto houve um avanço e eu estou me dedicando a um estudo, uma matéria técnica sobre esse assunto, e, sem

dúvida nenhuma, depois eu gostaria de trocar algumas ideias com a senhora, porque nós precisamos também produzir jurídica e tecnicamente sobre essa questão. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde Deise. Eu gostaria, em nome da minha bancada do PSOL, agradecer a ti especificamente por trazer este tema para debate nesta Casa Legislativa. Como tu bem dissestes no teu pronunciamento, o Estado, os governos precisam se atentar a respeito desse tema. As doenças raras muitas vezes não trazem o retorno econômico pretendido pela indústria farmacológica e, portanto, muitas linhas de pesquisas são abandonadas ou sequer são iniciadas porque eles preveem os seus lucros futuros pensando, como não vai haver uma ampla distribuição e comercialização desse tipo de medicamento, não vamos investir nesta área. É aí que deve entrar a força do poder público, os institutos estatais, as fundações de pesquisa em saúde, justamente para a população que não terá acesso a esse tipo de tratamento medicamentoso, através da indústria farmacêutica privada.

Portanto, parabéns pela tua exposição, isso demonstra a esta Casa Legislativa a necessidade de se investir pesadamente em pesquisa para garantir a qualidade de vida das pessoas que tanto precisam, as que são consideradas minorias, mas que têm o direito de viver dignamente e cuidar de seus familiares. Parabéns pela tua exposição, um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Ver. Paulo Brum, cumprimentando Vossa Excelência, Ver.ª Lourdes, cumprimento também a Deise Zanin, nossa presidente, demais representantes, Dra. Jaque, do Instituto Atlas Biosocial, que já estiveram conosco em palestra no Rotary, falando um pouquinho a respeito do Teste do Pezinho, queremos te agradecer aqui em nome da bancada do PDT pelo protagonismo e apoio com os elementos e subsídios necessários para que pudéssemos formular este projeto de lei e ampliar o Teste do Pezinho – hoje com seis ou sete diagnósticos, passar para mais de 50 diagnósticos, já tendo essa perspectiva de aprovação da legislação em nível estadual –, fazer aqui um reconhecimento a todo teu esforço e empenho. Todos esses números nos impressionam muito cada vez que tu te manifestas a respeito das doenças raras. Enfim, dizer que aqui na Câmara e na bancada do PDT tens também todo nosso apoio. Meus parabéns, és uma guerreira, uma batalhadora. Nós conversávamos, Ver. Paulo Brum, dia desses no gabinete, tomando

um chimarrão, ainda quando dava para tomar chimarrão; agora, com o coronavírus nem chimarrão não dá mais para se compartilhar. O empenho e a dedicação da Deise no sentido de batalhar para conseguir remédios para as pessoas que não têm condições ou têm tido negativas de remédio junto à farmácia do Estado, muitas vezes remédios caros, que, se não forem tomados, pode levar a óbito. Então, parabéns também pela tua luta individual, pessoal, junto a Defensoria Pública, batalhando muitas vezes para fazer três orçamentos em farmácias. Realmente é um trabalho hercúleo que merece todo nosso reconhecimento, nosso apreço, nosso carinho. Fico muito feliz, de certa forma, de ter podido colaborar no sentido de viabilizarmos esse período de Tribuna Popular, para que também, através dos meios de comunicação que a Câmara proporciona, Presidente, tais como a TVCâmara, todo este protagonismo durante uma sessão, termos a oportunidade de trazer esta pauta para o debate para a agenda positiva da cidade. Precisamos olhar com mais cautela, com mais atenção a questão que nos traz o Instituto Atlas Biosocial com relação ao Dia Mundial das Doenças Raras, que acometem muitas pessoas. Então, o nosso reconhecimento, o nosso apreço, o nosso carinho por todo o trabalho, o empenho e a dedicação, que aqui fazemos a ti, mas reconhecemos todo o esforço de todos aqueles que, na tua retaguarda, têm feito dia a dia nas caminhadas, nas bicicletadas, nos eventos, nos encontros das associações, das mais longínquas regiões do Rio Grande, onde tu vens atuando aí nas parcerias e em todas essas frentes que dizem respeito a esse trabalho de vocês. Um grande abraço e muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Muito bem, obrigado, Ver. Márcio Bins Ely. Nós queremos agradecer ao Instituto Atlas Biosocial, que ocupou a nossa Tribuna Popular na pessoa da Dra. Deise Zanin, que é a presidente e que muito refletiu os anseios e as dificuldades na busca de soluções que enfrentam as pessoas acometidas de doenças raras aqui, no nosso Estado, em especial no Município de Porto Alegre. Agradecemos a sua presença e contem com a nossa Câmara Municipal.

(A Ver.ª Lourdes Sprenger assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): O Ver. Paulo Brum está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PAULO BRUM (PTB): Cumprimento a Ver.ª Lourdes Sprenger, na presidência dos trabalhos, nossa Vice-Presidente da Casa, quero agradecer ao meu líder Ver. Cassio Trogildo por possibilitar que eu utilize esse tempo em nome da nossa bancada do PTB. Srs. Vereadores, eu quero registrar um fato histórico na luta das pessoas com deficiência e dos idosos carentes do nosso País. Ontem o Congresso Nacional derrubou um veto do Sr. Presidente da República que aumenta o limite de renda para acesso ao BPC, acesso ao salário mínimo que uma pessoa com deficiência e que uma pessoa idosa considerada carente no nosso País tem direito de receber. Quero

registrar e dizer o nosso muito obrigado aos 302 deputados federais, entre eles o nosso querido amigo, nosso irmão, o deputado federal Maurício Dziedricki, que votou conosco. E nós não esperávamos outra decisão do nosso deputado a não ser essa, o seu voto favorável àqueles que mais precisam, em especial as pessoas com deficiência e os idosos do nosso País.

O BPC foi uma luta da sociedade organizada, eu tive a oportunidade de participar dos movimentos que lá em 1988, na nossa Constituição Federal, garantimos, portanto, o benefício do salário mínimo às pessoas com deficiência. Só que ficou um pouco de quero mais, porque, na regulamentação, o Executivo federal previu apenas, para chegar a conseguir esse benefício, uma renda *per capita* de um quarto do salário mínimo. Até então para ter direito ao benefício somente aqueles paupérrimos, os abandonados, totalmente descapacitados para enfrentar o processo social. E nós viemos lutando, muitas leis, muitos projetos na Câmara Federal, no Senado, tentando aumentar essa renda *per capita* porque todos os programas sociais do governo federal tratam como limite para o benefício, de qualquer outro benefício, uma renda *per capita* de um meio do salário mínimo. E as pessoas com deficiência e os nossos idosos carentes eram, portanto, discriminados na sua regulamentação, na qual previa apenas um quarto do salário mínimo. Portanto o nosso Congresso Nacional, numa lei de 1996, do então ex-senador de Santa Catarina, Casildo Maldaner, que havia sido aprovada no Senado e estava há aproximadamente 19 anos na Câmara Federal, para que ela se debruçasse sobre esse assunto. Portanto, ontem, derradeiro final, o Congresso disse "não" ao veto do Presidente Jair Bolsonaro, e, a partir de então, ou o Presidente sanciona ou o Senado vai ter que promulgar essa lei que vai fazer com que haja justiça social neste País, para que mais pessoas com deficiência possam ter direito a esse benefício e para que mais pessoas idosas carentes também tenham direito a esse benefício.

Obrigado pela luta, Congresso, e vamos, muito atentos, fazer com que esse benefício seja efetivado na prática. E um carinho muito grande ao nosso querido amigo deputado federal, Maurício Dziedricki, que está junto conosco nessa luta por aqueles que mais precisam. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Paulo Brum reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Passamos às

COMUNICAÇÕES

Hoje este período é destinado a debater o tema a Leitura, o Livro, a Escrita e as (os) Bibliotecárias (os), trazido pela Sra. Luciana Kramer Müller, presidente do Conselho Regional de Biblioteconomia.

Convidamos para compor a Mesa: Sra. Luciana Kramer Müller, presidente do Conselho Regional de Biblioteconomia; Sra. Neli Miotto, presidente da Associação

Rio-Grandense de Bibliotecários; Sra. Eliane Lourdes da Silva Moro, diretora técnica do Conselho Federal de Biblioteconomia.

Sra. Luciana Kramer Müller, presidente do Conselho Regional de Biblioteconomia, está com a palavra.

SRA. LUCIANA KRAMER MÜLLER: Boa tarde, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, boa tarde público aqui presente. Hoje, 12 de março, é comemorado, em todo o Brasil, o Dia da Bibliotecária e o Dia do Bibliotecário, por isso nós estamos aqui. Agradecemos a esta Casa que permitiu que nós estejamos aqui, hoje, homenageando essa data e fazendo esse debate sobre a importância dessa profissão, que é a minha profissão com muito orgulho. Quero cumprimentar, em especial, as minhas colegas bibliotecárias e bibliotecários e, em especial, às colegas que compõem a Mesa comigo. (Palmas.) Obrigada.

Hoje, eu represento o Conselho Regional de Biblioteconomia que, como todo conselho profissional, tem algumas funções primordiais, sendo a primeira delas o registro dos profissionais. Então, o CRB registra os bacharéis e a bacharelas em biblioteconomia, habilitando-os, então, para o exercício profissional. Consequentemente o conselho também faz a fiscalização dessa profissão, do exercício legal da profissão. E uma outra atribuição muito importante que nós temos é a de valorização da profissão, é por isso que um momento como o de hoje é extremamente importante para que a gente possa dialogar com a sociedade sobre essa profissão e a sua valorização. Quero frisar que a profissão de bibliotecária e bibliotecário é regulamentada pelas leis nº 4.084, de 1962 e 9.674, de1998 – então são quase 60 anos já da regulamentação dessa profissão. E a data de hoje remonta um decreto de 1980.

Uma vez que nós estamos aqui em Porto Alegre, eu quero frisar, em que pese a necessidade de nós homenagearmos e valorizarmos a profissão, dois exemplos que demonstram que infelizmente aqui na capital do nosso Estado as bibliotecárias, os bibliotecários e as bibliotecas não estão assim tão valorizados nas pautas das políticas públicas. E os dois exemplos são os seguintes: a Biblioteca Pública Municipal Josué Guimarães, localizada no Centro Cultural Lupicínio Rodrigues, há mais de um ano teve que reduzir o horário de expediente pela falta da Guarda Municipal nos horários em que o Centro está funcionando. Isso reduz à população a oportunidade do acesso à biblioteca pública, que é uma biblioteca muito importante aqui do Município. E outra situação que chegou recentemente ao nosso conhecimento, nas últimas duas semanas, é que na biblioteca da SMED, da Secretaria Municipal de Educação, que também presta a assessoria técnica pedagógica para as bibliotecas escolares, que é uma assessoria que tem uma função primordial de levar apoio técnico especializado para as bibliotecas escolares do Município, tanto a coordenação da biblioteca quanto da assessoria deixaram de estar a cargo de uma bibliotecária para estarem a cargo, então, de uma professora. Em que pese a qualidade e as qualificações profissionais dessa professora, ela não é bibliotecária. E falando sobre a assessoria, este livro aqui, então, Biblioteca Escolar: Presente!, que foi um livro organizado pelo Conselho de Biblioteconomia, inclusive tem um artigo que fala sobre a assessoria para as bibliotecas escolares, que é

um trabalho já reconhecido há bastante tempo, e hoje então a gente vive essa situação de a coordenação não ser mais por uma bibliotecária, e quero frisar que isso, então, fere o art. 6º da Lei nº 4.084, que determina que são atribuições do bacharel em biblioteconomia, entre outras, a direção e coordenação das bibliotecas. Sendo assim, para além da data de hoje ser um dia de homenagens e comemoração, é um dia para retomarmos essa valorização e darmos visibilidade a uma profissão, e por essa razão, mais uma vez eu agradeço a oportunidade de estarmos aqui à presença de todos e todas. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): A Sra. Neli Miotto, presidente da Associação Rio-Grandense de Bibliotecários, está com a palavra.

SRA. NELI MIOTTO: Boa tarde a todos e todas. Saúdo os colegas bibliotecários, saúdo o presidente da Câmara de Vereadores, em especial o Ver. Adeli Sell, presidente da Frente Parlamentar pelo Livro, Leitura e Literatura, os vereadores, as senhoras e os senhores. No dia 12 de março, comemora-se o dia do bibliotecário, e temos a felicidade de estarmos ocupando esta tribuna para apresentarmos um pouquinho da história, das demandas e da luta de uma profissão que teve seu início lá em 193 com um professor matemático indiano chamado Ranganathan, na verdade um matemático que adorava a biblioteconomia, e criou em cima dessa paixão, algumas leis. São cinco leis da biblioteconomia que são usadas até a presente data. Para citar algumas, duas das mais importantes, uma que fala que os livros são para serem usados – o livro, um meio que impulsiona o conhecimento e que tem informação, tem poder –, lei que aponta para o livro não como um fim em si mesmo, mas como um meio para chegar a determinado local. A segunda lei diz que todo leitor tem seu livro, e aponta para a seleção que o bibliotecário tem que fazer tendo em vista o perfil do usuário que frequenta determinada biblioteca.

No Brasil, a profissão de bibliotecário foi instituída pelo Decreto nº 84.631/1980, e a data, que é comemorada hoje, é a data de nascimento do bibliotecário, escritor e poeta Manuel Bastos Tigre, um engenheiro, e bibliotecário por vocação. A Associação Rio-Grandense de Bibliotecários – ARB foi fundada em 1952 e tem atuação até a presente data. São mais de 70 anos de atividades ininterruptas; a Associação é uma entidade da sociedade civil, uma ONG, que tem como objetivo congregar os profissionais da área, promover oficinas, cursos e palestras para a formação e qualificação de bibliotecários, técnicos e estudantes de biblioteconomia, oferecendo ações de aprimoramento profissional, para que possam esses profissionais ofertar à comunidade serviços de excelência e que resgatem a importância da biblioteca como um instrumento indispensável para a formação dos indivíduos. Enfim, bibliotecas são equipamentos vitais para a construção de uma sociedade em que ninguém fique para trás.

A Associação é ligada a um órgão maior. Nós temos a Federação das Associações, que está lançando, na data de hoje, a campanha Bibliotecas não se Calam. Essa campanha tem por objetivo trazer a reflexão e um posicionamento das bibliotecas nesses tempos difíceis onde a fala precisa ser quase inaudível para não ser perseguida, onde a voz não pode ser capturada para não servir a quem está na espreita, onde o acesso só tem lugar aos que sempre tiveram acesso aos bens culturais, onde os olhos não podem denunciar a crua realidade das ruas e as inúmeras mortes de quem em vida nunca teve um objetivo pelo qual viver e se apaixonar.

É preciso atentar para o que está nas entrelinhas e ir na direção de uma política que supra a ausência de perspectivas e possibilidades da população. Essa campanha reafirma nosso compromisso no aprimoramento contínuo a partir da escuta da sociedade. No ano de 2019, assumimos a gestão da ARB e realizamos inúmeros encontros, oficinas, cursos e palestras.

Para 2020, temos programados diversos eventos em várias cidades: Pelotas, agora no próximo dia 24; dia 21, aqui em Porto Alegre; Caxias, no mês de abril. Enfim, são diversos municípios que estarão recebendo profissionais e realizando capacitações através da Associação Rio-Grandense de Bibliotecários – ARB.

É importante destacar que, através de recursos de uma emenda parlamentar, que ainda está para ser definida se teremos ou não, porque o prefeito decidiu embargar neste momento as emendas parlamentares, uma emenda parlamentar de autoria do Ver. Adeli Sell prevê a realização da 19ª Jornada de Biblioteconomia e Documentação. O evento será realizado após ter sido deixado de lado por oito anos, por não haver braços, por não haver condições para que se pudesse organizá-lo. Esse evento era bianual e ficou por esse longo tempo sem sua realização, o que também é uma forma de esvaziar e colocar no esquecimento ações de cunho reflexivo que congregam profissionais que pensam, que mobilizam pessoas atrás de uma causa e trazem à tona, para aqueles que defendem um programa neoliberal, o temor, a estranheza, um medo das reações contra segregação, a homofobia e a marginalização da cultura.

No governo federal, as reformas políticas são baseadas na austeridade, no autoritarismo, nas *fake news*, no elogio à tortura e à censura, na falta de transparência, e por que não dizer nas informações tendenciosas, superficiais e controversas.

Após um ano de retrocessos nas políticas públicas, que impactam diretamente as bibliotecas, e sabedores que a democracia não comporta a desigualdade, as bibliotecas e bibliotecários se questionam "Qual é o nosso papel?" A extinção do Ministério da Cultura, importante interlocutor para as bibliotecas como direito de todos... Reafirmamos que nossa gestão será mais efetiva para levarmos o acesso à leitura e à literatura para toda a população.

Outro retrocesso é o veto à Agenda 2030 pelo Presidente da República, que exclui das políticas um conjunto de 17 objetivos e 169 metas adotadas em 193 países. Sua implementação seria uma oportunidade de tratar de forma integrada o combate à pobreza, à fome, a superação das desigualdades, a preservação do planeta, a inovação e o crescimento econômico. O veto presidencial indica que o governo não tem interesse em manter políticas sociais e ambientais sustentáveis. Destacamos ainda a importância

de nos relacionarmos com outros profissionais para que juntos possamos solucionar problemas que nossa sociedade enfrenta no que concerne à desigualdade, à democracia e o acesso à informação.

Aqui em Porto Alegre temos uma política do dito esquecimento, ou faz de conta que esqueceu. Como um administrador pode estar no cargo por vários anos e vai a uma audiência pública dizer que não sabia que um plano municipal de livro e leitura precisava ter uma indicação de representantes da Prefeitura para que assumissem a coordenação? Isto está previsto no seu regimento. Pior ainda é dizer que não sabia da existência de um Plano Municipal pelo Livro, Leitura e Literatura, e nem das ações realizadas por este. Desde a sua criação em 2012.

Hoje o Plano Municipal do Livro, Leitura e Literatura, após sofrer por diversos anos a política do esquecimento, teve o seu conselho empossado em dezembro passado. São reuniões mensais que têm buscado congregar a sociedade civil em prol da causa do livro, da leitura e das bibliotecas. Mas ainda temos muito que avançar. Temos um plano que orienta para as políticas públicas, mas precisamos que os Srs. Vereadores encaminhem emendas parlamentares que garantam recursos de forma a assegurar o cumprimento das políticas públicas em prol do livro, da leitura e das bibliotecas, e de eventos literários e culturais que tenham o seu acesso gratuito a toda a população.

Cabe ressaltar: ler é um ato político. Não temos como falar em cultura universal se não temos uma cidade ou um estado onde os eventos são para quem tem recursos para pagá-los, ou para quem faz parte de um grupo seleto de tradicionalistas. Isso é cultura popular? Popular para quem? Se bibliotecas, museus, espaços culturais não abrem aos finais de semana, que é quando a população possui tempo para visitas, leituras, para parar e ler um livro, para ampliar o seu repertório artístico, cultural e literário. Isso também é uma forma de exclusão. Qual é o trabalhador que após 9, 10, 12 horas de trabalho possui ânimo para ir a uma biblioteca e quem sabe chegar lá e ela estar fechada? A cultura, a literatura e a arte trazem conhecimento e empatia além de ciência, além de uma longa história de resistência que, neste momento, fica reduzida ao acesso daqueles que possuem tempo livre no seu horário comercial. Libertar o livro é libertar mensagens de luta, de vozes que precisam que a falta de políticas públicas seja traduzida para que a sociedade intervenha, peça a palavra e se manifeste no propósito de defender a leitura e a literatura como necessidade imediata e direito adquirido constitucionalmente. Esse é um tema delicado, mas que necessita urgentemente ser debatido e refletido. As bibliotecas precisam ser a cara da comunidade onde estão inseridas e o profissional que atua nela precisa estar ciente de que ele é o representante naquele contexto. Sim, ler é resistir, e nós resistiremos nas bibliotecas que preferem a promoção e as práticas de leitura a uma indústria de entretenimento de massa. Resistiremos desconstruindo que a leitura, a escrita e a língua culta são privilégios reservados a um pequeno grupo. Precisamos de um País de leitores. Somente leitores críticos e conscientes mudarão este cenário do Brasil, deste Brasil que está se apequenando, menosprezando, que se engana a si mesmo e que quer ser enganado, que desconhece a riqueza do seu chão cultural. Um Brasil que não frequenta museus, mas enche a boca para dizer e para definir o que é arte. Um Brasil que não lê, mas faz lista

de livros a serem proibidos. Um Brasil onde quem tem um pouco mais de estudo ou condição financeira despreza e inferioriza a cultura de outros grupos. Somente leitores críticos e conscientes entendem a especificidade, exigem o respeito às causas da minoria. Ler é ser livre. A informação e o conhecimento se traduzem em liberdade, liberdade para experimentarmos, liberdade para sonharmos, liberdade para tratarmos e reescrevermos o nosso futuro. Para formar leitores, precisamos manter nossas associações e bibliotecas, para que elas continuem ativas e atuantes na defesa da profissão e para instigar os profissionais a impulsionar o posicionamento e o engajamento na construção de uma sociedade mais igualitária, mais humana e mais justa. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): A Sra. Eliane Lourdes da Silva Moro, diretora-técnica do Conselho Federal de Biblioteconomia.

SRA. ELIANE LOURDES DA SILVA MORO: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Nestes dois minutos, precisaria dizer muito. Vivemos em um país em que 92% da população brasileira é analfabeta funcional. Tem titulação, tem letramento, mas lê e não compreende o que lê, inclusive nas universidades. É uma honra estar aqui representando a 18ª gestão do Conselho Federal de Biblioteconomia, para parabenizar os profissionais que hoje não só comemoram o Dia do Bibliotecário e da Bibliotecária, mas enfrentam muitas lutas em defesa da leitura, da informação, da acessibilidade e do conhecimento. A biblioteconomia aproxima os seres humanos, oportuniza momentos laborais de vivência e de sobrevivência que, aliados à nossa criatividade, persistência e resiliência, têm potencializado e fortalecido nossas práticas profissionais, propiciando aos cidadãos brasileiros o acesso à informação, ao conhecimento e à aprendizagem no âmbito da bibliodiversidade. O pleno exercício de nossa profissão deve ser praticado com respeito à dignidade do ser humano, à pluralidade de pensamento e à diversidade, com engajamento, competência, empatia, ética e alteridade. É importante nós, bibliotecários e bibliotecárias, termos a capacidade de inspirar, envolver, ativar, mediar e conectar. Inspirarmos uns aos outros e à sociedade, sermos autores e protagonistas nas ações que buscam desenvolver a cidadania, as instituições e o País. Ativar cada ideia, cada item de informação para que possamos conectar as pessoas, a informação e o conhecimento no mundo provocando as devidas transformações sociais, culturais, econômicas e educacionais.

Agradeço por esta oportunidade e encerro a minha fala perguntando aos nobres vereadores e vereadoras: que lembranças, que memórias vocês têm da biblioteca e das leituras que formaram as suas competências no fazer cotidiano? Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): O Ver. Adeli Sell está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR ADELI SELL (PT): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Hoje eu já cumprimentei a Fernanda pelo seu dia, é a nossa bibliotecária, temos a honra dela ter sido nossa colega vereadora aqui nesta Casa. Muito bem-postas as questões, porque nós somos um País que precisa ler mais. Falta a base, estamos vendo isso agora. Estão faltando vagas nas escolas, nas creches, nas escolas infantis; estão faltando monitores; nós não temos professores na rede pública municipal e no Estado faltam professores. O que eu direi diante de vocês que conhecem tudo, das bibliotecas escolares fechadas? Eu te respondo, Eliane. A minha lembrança me leva a pensar que o paraíso é uma grande biblioteca, porque eu nasci numa família que tinha dois livros em casa: um livrinho alemão da minha vó e uma cartilha da minha mãe. Estou aqui com meus colegas Oliboni, Sgarbossa e Comassetto, e digo a eles: eu estou hoje aqui muito por causa dos livros. Um prefeito da minha cidade, que era recém emancipada, era médico, estudou aqui no Rio Grande do Sul e tinha uma imensa biblioteca. Sabem o que ele fez? Fez com que os livros circulassem, botou todos na Prefeitura. Eu, coloninho lá do interior, de Cunha Porã, me tornei um leitor voraz, vim a Porto Alegre fazer o curso de letras e me tornei professor de literatura inglesa e americana basicamente. Os livros: os me formaram, os livros me construíram, e é isso o que nós temos que pensar nos dias de hoje. Não proibir livros! Não ficar censurando livros!

Nós temos que valorizar a profissão das bibliotecárias, dos bibliotecários, as nossas feiras, as mais variadas possíveis, e a Frente Parlamentar de Incentivo à Leitura – alguns vereadores já estiveram presentes às reuniões dessa frente, em que eu tenho o prazer de substituir a Fernanda, como eu disse –, e nós fazemos muitas atividades de doações e trocas de livros. Estamos preocupados com as bibliotecas comunitárias, nos envolvemos diretamente com a questão da biblioteca na Ilha Grande dos Marinheiros, e, felizmente, houve uma solução, não a ideal, mas negociada com a administração pública municipal e com o DNIT, que as três instituições que estavam ali, onde a ponte quase bate em cima, vão poder ter outro local – não tão adequado como eu acho que deveria ser, mas alguma coisa haverá.

Olhem a situação da biblioteca estadual Leopoldo Boeck, uma biblioteca maravilhosa, e o Estado já a jogou praticamente para a comunidade! Não fosse a nossa diretora da biblioteca pública, Morgana Malcon, que está acidentada neste momento... Eu acho que a gente deveria fazer essa saudação especial à Morgana, que está lá dedicando seu tempo junto à comunidade, em nome de todas as bibliotecárias, pelo carinho que a Morgana tem pelo livro e pela biblioteca.

A Romano Reif, no IAPI, esse bairro histórico, está lá com água batendo para dentro com qualquer chuvarada que dá. Aqui foi falado da Biblioteca Pública Municipal Josué Guimarães, a frete parlamentar levantou essa discussão e nós conseguimos até um computador. Gente, um computador para uma biblioteca pública municipal, ajudar a Biblioteca do Arvoredo, a Biblioteca do Morro Santana é uma coisa,

porque isso é uma coisa comunitária, agora, uma biblioteca do Município, gente. Ver.ª Lourdes Sprenger, onde vamos parar? Ver. Hamilton Sossmeier, Ver. Farid, nós precisamos trabalhar que bibliotecas estejam abertas e que haja recursos para bibliotecas. Nós fizemos uma discussão na frente parlamentar sobre a questão das emendas impositivas e colocamos, praticamente, todos os nossos recursos nesta questão, porque achamos importante. Fomos ao secretário, voltamos ao secretário, estamos pressionando e nós queremos verbas para as bibliotecas, nós queremos bibliotecas abertas, nós queremos leitura, nós queremos livros, livros a mão cheia, como dizia o poeta Castro Alves. Um dia, quem sabe, o paraíso será uma grande biblioteca. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Prezado presidente dos trabalhos, Ver. Paulo Brum, nesta semana que iniciamos com o 8 de março, nós acolhemos aqui três mulheres que têm uma representação fundamental: a Sra. Luciana Kramer Müller, presidente do Conselho Regional de Biblioteconomia; a Sra. Neli Miotto, presidente da Associação Rio-Grandense de Bibliotecários; a Sra. Eliane Lourdes da Silva Moro, diretora técnica do Conselho Federal de Biblioteconomia.

Vocês estão aqui representando esse conjunto de homens e mulheres que são os guardiões, as cuidadoras, as sentinelas das casas onde moram os livros e, muitas vezes, há obras que estão lá esquecidas, perdidas, que vocês estão ali mantendo, cuidando em nome da história, perpetuando o conhecimento. A humanidade, colegas vereadores e vereadoras, traz a sua evolução, e o fio da meada dessa evolução, até bem pouco tempo, quando não existia a nossa mídia eletrônica ou as redes socais, está escrito, guardado, estruturado nos livros. A humanidade evoluiu, e evolui muito graças a esse instrumento, a esta potência chamada livro. A senhora dizia: “Rememorem quais livros lhe marcaram na vida.” Assim como o Adeli, também sou filho de agricultores, colonos; nós não tínhamos a característica de ter livros em casa, não tínhamos a cultura do ler. Eu estudei numa escola Marista em Santa Maria na periferia da cidade – nós tínhamos uma biblioteca. Eu me lembro, lá pelos meus oito ou nove anos, de estar estudando na biblioteca, estudando geografia, os mapas. Eu olhava aqueles mapas e dizia assim: “O Rio Grande do Sul... Olha onde fica Porto Alegre. Como se faz para chegar em Porto Alegre?” Essas lembranças existem, assim como da nossa biblioteca pública lá de Santa Maria, que é uma biblioteca bonita na sua estrutura, assim como a nossa biblioteca pública do Rio Grande do Sul, as nossas bibliotecas ou as bibliotecas do Rio de Janeiro e São Paulo, que talvez sejam as mais potentes do Brasil. Na Páscoa do ano passado, eu fiz uma viagem que há muito tempo gostaria de ter feito: fomos pela região do antigo leste europeu até Viena. Fui à biblioteca de Viena, pegando as histórias da evolução da humanidade e de todas as línguas, desde o árabe, de todas as escritas,

porque nós, quando falamos em uma biblioteca aqui no mundo ocidental, estamos olhando para as nossas escritas, mas existem milhares de escritas distintas, e muitas delas não estão em bibliotecas formais. E aqui quero trazer uma outra reflexão e também dizer que nós temos os bibliotecários de muitas culturas que não tem por escrito, mas que é a transmissão oral da história, que também faz parte. Eu não sei como se chama a técnica de preservar a história que não está escrita, que traz as culturas, que traz a essência dos povos. Nós estamos vivendo num caminho que aponta, novamente, para o obscurantismo, e nós temos que resistir de todas as maneiras. Livros não podem ser rasgados, queimados ou excluídos, nós precisamos torná-los, cada vez mais, público e a diversidade do olhar e do pensar é o que faz evoluir a humanidade. Portanto, os meus parabéns aqui às guardiãs, às cuidadoras, às zeladoras, às sentinelas das casas dos livros. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Obrigado, Vereador. Nós queremos agradecer as presenças da Sra. Luciana Kramer Müller, Sra. Neli Miotto e Sra. Eliane Lourdes da Silva Moro, sejam sempre bem-vindas a esta Casa.

Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h14min.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB) – às 15h14min: Estão reabertos os trabalhos. A Ver.ª Lourdes Sprenger está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Ver. Paulo Brum, que preside esta sessão na Câmara, vereadores, vereadoras, é importante o tema, cumprimento as guardiãs bibliotecárias que estavam aqui e nos antecederam. Eu aproveito esta oportunidade para falar também sobre uma temática que envolve o ensino e, claro, não há ensino sem livro e não há ensino sem leitura. Falo sobre o ensino do respeito aos animais, do seu bem-estar, da proteção e da defesa da causa animal. Na terça-feira passada foi aprovado o projeto de lei de autoria do meu amigo e respeitado médico veterinário, deputado estadual, Rodrigo Lorenzoni, que, por vários anos, presidiu o Conselho Regional de Medicina Veterinária no Rio Grande do Sul, com gestão reconhecida. Este projeto de lei que vai para sanção institui um programa de educação e ensino para posse responsável de animais domésticos nas escolas da rede estadual de ensino no Estado do Rio Grande do Sul. Embora no âmbito estadual, esse ensino será aplicado junto às crianças e adolescentes de escola em Porto Alegre, e isso preocupa, pois está aberta a possibilidade do ensino de princípios e conceitos por nós já considerados superados. Há vários anos já não citamos posse responsável tratando-se de animais e substituímos por guarda responsável, com previsão na Lei Municipal nº 694/12. E não se trata apenas de aspecto semântico das palavras, vai muito além do que

utilizar-se posse que vem de “possuir algo”. Não se trata apenas de preferirmos o termo guarda, que nos mantém cientes de que somos tutores e responsáveis pelos animais que estão ao nosso lado; trata-se, sim, de que a própria legislação estadual sobre o meio ambiente foi recentemente atualizada. Nos artigos 216 e 217 do Código Estadual do Meio Ambiente, Lei nº 15.434, que trata de animais domésticos de estimação. No art. 216 está a definição de nossos mascotes: “seres sencientes, capazes de sentir sensações e sentimentos de forma consciente”. Ainda que seja vedado o seu tratamento como coisa, portanto, se animais domésticos de estimação não podem mais ser tratados como coisa, não podem também serem objetos, do que concluímos e podemos afirmar que animais domésticos no Rio Grande do Sul, a partir da vigência do Código Estadual do Meio Ambiente, em janeiro do ano passado, não podem ser objetos ou bens de posse. O parágrafo único, do art. 217, aborda penalidades para quem abandona animais domésticos de estimação em via ou praça pública, com intenção de pôr fim a sua guarda. O projeto aprovado na Assembleia prevê a possibilidade de parcerias de ensino com a Prefeitura e também escolas municipais de Porto Alegre. Também saliento que o Conselho Federal de Medicina Veterinária – Regional do Rio Grande do Sul, tem adotado a prática de guarda responsável de animais, o que é facilmente encontrado por meio da navegação nos conteúdos nos *sites* desses conselhos. Por fim, entendo que profissionais da biologia estão capacitados para o ensino da guarda responsável de animais. Assim, estou encaminhando esta manifestação ao deputado, autor, para que possa avaliar a adequação do projeto de lei em questão, antes que entre em vigência. Obrigada.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Sr. Presidente, senhoras vereadoras e senhores vereadores, quando o Sr. Prefeito enviou para esta Casa a reforma administrativa – e ele enviou com razão, porque no nosso governo, assumo, tínhamos secretarias e órgãos demais – tínhamos 34, 35 secretarias, embora eu tenha votado contra essa reforma administrativa que ele apresentou, porque, nessa reforma, extinguiu a Secretaria Municipal de Esportes, por isso o meu voto foi contra. Mas acontece que essa reforma administrativa, que foi aprovada nesta Casa, contra o meu voto e de outros vereadores, após três anos, não foi até agora regulamentada pelo prefeito, ou seja, todos aqueles cargos que a Câmara extinguiu, eliminou, provavelmente estejam sendo ocupados por dezenas de funcionários que estão na prefeitura; cargos que foram extintos aqui pela Câmara Municipal de Porto Alegre. E nós avisamos que determinados órgãos, que determinadas secretarias não precisavam e não deveriam ser extintos. E na nossa Secretaria Municipal de Esporte e Lazer tinha dezenas de projetos sociais, desde que o PT criou a secretaria com o Tarso Genro. Eu fui secretário e mantive todos os projetos que o PT tinha lá, porque eram projetos bons,

e criei os nossos projetos. Era uma secretaria com o orçamento de R$ 1 milhão, e os projetos, na sua grande maioria, com custo zero para a Prefeitura. Bom, aí o Sr. Prefeito resolveu fechar a secretaria e, para tentar engambelar a sociedade, criou a Secretaria de Desenvolvimento Social e Esportes que não funciona. Eu estou falando tudo isso, Ver.ª Lourdes, Ver. Comassetto, Ver. Farid, Ver. Adeli, Ver.ª Mônica, por que, ontem, me ligaram usuários do Parque Ararigbóia. Não pagaram a luz do Parque. Agora, ligaram-me de novo e disseram que a luz está cortada por falta de pagamento, e as atividades esportivas foram suspensas desde ontem! As pessoas da terceira idade, as pessoas que frequentam a bocha, as pessoas que frequentam as atividades esportivas oferecidas estão em casa, porque a Secretaria de Desenvolvimento Social e Esportes não pagou a luz! Vejam, isso nunca aconteceu na nossa administração ou na administração do PT, quando tínhamos a Secretaria Municipal de Esportes, que não tinha orçamento, mas fazia parcerias, pedidos para resolver essa situação. Isso é uma vergonha para a sociedade e uma vergonha para o governo do prefeito Marchezan, que tem várias pessoas erradas nos lugares errados! Há pessoas sem condições de serem secretárias e são secretárias! Como é que um gestor não tem controle sobre os pagamentos que a sua secretaria precisa fazer?

Quero deixar esse registro, Sra. Presidente, para encerrar: não é a crítica pela crítica, não é ser contra, por ser contra, eu fui secretário de esportes, secretário da Copa, também cometi muitos erros, eu não fiz só acertos, reconheço, ninguém é perfeito, nenhum governo é perfeito; agora, quem é gestor público precisa ter um mínimo de cuidado.

E, para encerrar, nesse Parque Ararigbóia, que eu estou falando, que é lá em Petrópolis, a Prefeitura acabou de investir dinheiro lá, recuperando o parque! Aí, desde ontem, sem atividades esportivas porque a Secretaria de Desenvolvimento Social e Esportes não pagou a conta de luz! Muito obrigado, Sra. Presidente. Tomara que pague!

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver.ª Lourdes Sprenger assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Prezada Ver.ª Lourdes, presidindo os trabalhos; prezados colegas vereadores e vereadoras aqui presentes e membros da comunidade, na verdade não falta luz só no Ararigbóia nessa administração; falta luz, Ver. Adeli Sell, no Paço Municipal, falta um olhar que deveria ter um gestor que ilumine a cidade, e não que crie dificuldades para todas as comunidades. E eu vejo que nos visita hoje o João, do Chapéu do Sol, e a Carmem, da Restinga, que me procuravam, há poucos minutos, dizendo estava insuportável vida na periferia quando precisa-se um posto de saúde para ter um atendimento necessário, contínuo. Lembro como se fosse hoje, quando o Governo Marchezan aplaudiu o

Bolsonaro quando este tirou o Mais Médicos, e disseram que dali a uns dias estariam os médicos atendendo. Onde estão os médicos que até agora não foram repostos nos postos de saúde? Bom, onde está o corte que está sendo apontado de 40% de assistência social de políticas públicas federal, estadual e municipal? Precisa ter assistência social, precisa ter estruturações. Então, é esse tema do abandono das políticas públicas, e dizer que tudo vai ser resolvido pelo mercado, tudo vai ser resolvido pelo estado mínimo: retira o Estado e deixa que a estrutura privada resolva. A estrutura privada não resolve, a lógica da estrutura privada é gerar riqueza para acumular riqueza para alguns poucos. E veja bem, Ver.ª Mônica, eu não estou dizendo aqui que não tenha que ter o empreendedor, que não tenha que ter o investidor; tem que ter, mas tem que ser dentro de uma política que gere riqueza e distribua riqueza, e não quando o Estado aponta para que só alguns acumulem riqueza. Hoje pela manhã, Ver.ª Lourdes, eu tive o prazer de fazer uma visita com o ex-ministro das Cidades, o primeiro ministro das cidades, Olívio Dutra, justamente nas comunidades cujas entidades construíram os programas Minha Casa Minha Vida e que estão, Ver.ª Lourdes, num trabalho fantástico de agora conseguirem conviver e melhorar as relações de sociabilidade. Então este tema não é um tema fácil, e um prefeito que não olha para a periferia, que desestrutura a saúde, que desestrutura a assistência social, que desestrutura as secretarias... Isso que o Ver. João Bosco falou aqui: onde está a reforma administrativa que quis misturar alhos com bugalhos e mudou as cúpulas, mas nunca reorganizou os processos? Eu costumo dizer aqui, meus colegas vereadores e assistência que está aqui: para aprovar um projeto na Prefeitura, se leva cinco, seis, sete anos e ninguém se entende, porque se desestruturou isso. Qualquer engenheiro, os meus colegas arquitetos, engenheiros, agrônomos e biólogos vão embora de Porto Alegre porque não conseguem trabalhar aqui. Essa é a agenda.

Por falar nisso, queria relembrar a cultura popular do carnaval. O Marchezan gastou R$ 34 milhões nos primeiros dias de janeiro para pagar propaganda do seu governo e não liberou R$ 20 mil, R$ 30 mil, R$ 40 mil das emendas que foram feitas para as escolas de samba e para os blocos carnavalescos organizarem a festa popular. O Porto Seco foi um fiasco! As famílias, de noite, no escuro, sem nenhuma luz, lá com crianças e adultos. Lá no Porto Seco vi aquelas jovens tentando se maquiar para desfilar, uma segurando a luz do celular para a outra, no escuro! Coisa que nunca ocorreu dessa maneira. Portanto, venho aqui dizer que a cultura popular, o carnaval, entre outras, merece o respeito da cidade, são políticas de inclusão. Muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): O Ver. Farid Germano Filho está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR FARID GERMANO FILHO (DEM): Sra. Presidente, vereadores, Ver.ª Mônica, demais presentes no plenário, eu, ontem, fui chamado de mentiroso por propagar *fake news* a respeito da Marcha da Maconha. A Marcha da

Maconha, que está marcada para o próximo sábado, não é *fake news*. Eu não sou mentiroso não, eu tenho 34 anos como, honro-me muito com a minha profissão, tenho muito orgulho da minha profissão, de ser jornalista diplomado, e acho que o diploma é fundamental para a criação de jornalistas, e não qualquer um sendo jornalista. E lamento que o vereador que disse que se tratava de *fake news*, e que eu estaria propagando *fake news* não esteja presente aqui neste momento, porque eu queria dizer para ele que não é *fake news* não. No momento em que se vê um vídeo, que viralizou, não somente no Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, mas no Brasil, da Sra. Luciana Genro, que talvez queira mídia, esteja necessitando de mídia, propagando ela, sim, uma caminhada absolutamente inútil, que não leva absolutamente a nada, muito antes pelo contrário, porque a droga, a maconha, ela é ilícita e usa uma fachada, da vereadora Marielle, que faleceu, que foi morta há dois anos, para tratar da questão de uma marcha que vai ser realizada no domingo, às 16h20min, e isso foi falado no vídeo, que não é *fake news*. Ou vão me dizer que o vídeo foi editado, que o vídeo foi montado e que não se trata da Sra. Luciana Genro? O vídeo é da Sra. Luciana Genro falando, convocando as pessoas para estarem na Redenção.

Pois, minhas amigas e meus amigos, ilustres vereadores e vereadoras, telespectadores da TVCâmara, estamos vivendo uma verdadeira pandemia. A ONU, Organização das Nações Unidas está tratando o coronavírus como pandemia.

Então, que se trate não de uma marcha da maconha. Nós tivemos hoje aqui na Tribuna Popular, na abertura dos trabalhos desta Casa, o Dia Mundial das Doenças Raras, que se faça, então, uma caminhada pelas doenças raras, que se faça uma caminhada pelas crianças; que se faça uma caminhada pelos idosos; que se faça uma caminhada por medicamentos, que são caríssimos e que o governo teria a obrigação de ceder às pessoas que não têm condições de comprar, e não os cede; que se façam caminhadas úteis e não inúteis. E fica aqui, Sra. Presidente, um apelo às autoridades para que, no sábado, a Redenção, que é tão frequentada por famílias, por crianças, que lá vão andar de bicicleta, que lá vão jogar futebol, que lá vão brincar, que lá vão se divertir, vão visitar as feiras, enfim, que a Brigada Militar esteja presente, que a Polícia Civil, que o DENARC estejam presentes, que a Guarda Municipal esteja presente, porque não é possível admitir que Porto Alegre, uma capital que é tida como uma das melhores capitais deste País, possa, um grupo se orgulhar em ter a Marcha da Maconha. Por favor, gente, tem tantas coisas muito mais importantes do que uma marcha que vá fazer apologia a essa droga tão desgraçada e que acaba destruindo famílias. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver.ª Lourdes Sprenger, conduzindo os trabalhos nesta tarde, colegas vereadores e vereadoras, é importante para quem circula

diariamente pela cidade, estar aqui neste momento, nesta quinta-feira, que é um dia propício para a gente discutir as questões da cidade, colocar que do jeito que está não pode ficar. O prefeito não contente em acusar a Câmara de Vereadores sobre aumento da tarifa do transporte coletivo de passageiros, e isso não é verdadeiro, a culpa é dele, absolutamente dele, que não controla os contratos, que não estão sendo respeitados, houve uma licitação. O prefeito veta sistematicamente projetos das Sras. Vereadoras e dos Srs. Vereadores. Aqui nós aprovamos, Ver.ª Mônica, um projeto sobre as empenas cegas, um projeto que dava continuidade de um debate que fizemos aqui com a participação do próprio governo sobre o mobiliário urbano e a propaganda ao ar livre. O prefeito vetou. Está agora na CCJ para a análise do veto. Nós vamos derrubar o veto, porque o prefeito quer simplesmente acabar com as empresas de publicidade do mobiliário urbano locais para privilegiar uma única empresa transnacional que é a Clear Channel, a quem ele deu de mão beijada, porque não obedeceu aos trâmites legais e, para algumas coisas, nós não estamos vendo uma ação de quem tem que fiscalizar a legislação como é o caso do mobiliário urbano, especialmente, dos relógios. E evidentemente que isso vai esculhambar, vai atacar completamente as empresas locais. Nós vamos pelear às últimas consequências para que isso não vingue, e aqui tem alguns vereadores que historicamente têm trabalhado esse tema como o próprio Presidente da Casa, o Ver. Reginaldo Pujol.

Antes se falava na questão dos serviços, não é só no Parque Ararigbóia que falta energia, que está às escuras. Ali, na Zona Sul também, tem um outro centro de convivência que está tudo escuro no seu entorno. No alto da Rua Erechim, o caminhão não chega para recolher o lixo, e está sendo criado um criatório de todos os insetos – moscas –, possíveis e imagináveis, trazendo transtorno para a saúde pública daquela comunidade – altos da Rua Erechim, bairro Nonoai. Mas não é só lá. Nós estamos vendo aqui no Centro Histórico, olhem a situação, eu fiz uma recorrida de ponta a ponta da Rua Cel. Fernando Machado e depois voltando pela Rua Demétrio Ribeiro. Só tem uma coisa: lixo, sujeira e mau cheiro. Não bastasse isso, nós temos uma ausência também das autoridades acerca da drogadição em praças públicas. As mães não conseguem levar suas crianças para a Praça Padre Gregório de Nadal ao lado da 2ª Companhia do 9º Batalhão da Brigada Militar, atrás do Palácio Piratini, onde tem uma operação do DMAE e, nos fundos da Catedral Metropolitana. Não estou falando de qualquer lugar, estou falando do Centro Histórico de Porto Alegre. Nós temos que ter um olhar especial para a pobreza absoluta, para a necessidade de olhar para quase seis mil pessoas, segundo os últimos dados que eu pude coletar, moradores de rua de Porto Alegre. Quando nós tínhamos dados mais precisos da FASC, de 1.200, 1.400 pessoas, havia sempre uma polêmica entre 200 e 300, número a mais ou a menos, hoje nós temos três vezes mais, quatro vezes mais. As pessoas numa miserabilidade absoluta na cidade de Porto Alegre, é uma vergonha essa questão. Nós precisamos olhar para os nossos irmãos, para a humanidade, para a desumanidade, para a questão de que as pessoas perderam toda e qualquer dignidade. Onde está o serviço social? A FASC desmantelada, a Secretaria de Desenvolvimento ausente, totalmente ausente. Por isso

que eu falo, por isso que eu reivindico, eu cumpro o meu papel de vereador, porque vereador é para fiscalizar e cobrar. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0395/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 179/19, de autoria da Verª Fernanda Machado, que inclui a efeméride Dia D do Voluntariado no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no último sábado de cada mês

PROC. Nº 0398/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 181/19, de autoria da Verª Fernanda Machado, que inclui a efeméride Dia Mundial do Empreendedorismo Feminino no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 19 de novembro.

PROC. Nº 0402/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 185/19, de autoria da Verª Fernanda Machado, que cria a Rede da Mulher.

PROC. Nº 0403/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 186/19, de autoria da Verª Fernanda Machado, que obriga os órgãos públicos e as entidades ligadas ao Município de Porto Alegre a atender prioritariamente as mulheres encaminhadas pelo Centro de Referência da Mulher Márcia Calixto (Cram).

PROC. Nº 0406/19 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 032/19, de autoria da Verª Fernanda Machado, que institui o Prêmio Mulher Empreendedora na Câmara Municipal de Porto Alegre.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta.

Visivelmente não há quórum. Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 15h43min.)

*** * * * ***